

Oração de abertura dos Cursos de 1955

PROF. HERIBALDO DIAS DA COSTA
(Catedrático de Introdução à Ciência do Direito)

Senhores:

Esta solenidade deveria abrilhantar-se com a palavra harmoniosa do Prof. Flávio Marcílio, moço cheio de fé e de larga cultura. A ironia do destino obrigou-o a ausentar-se e a ser por mim substituído.

Ao invés, portanto, de uma aula de sapiência, como se costuma designar, à moda coimbrã, êste primeiro e festivo contacto anual entre alunos e professores, ireis ouvir alguma coisa truística.

Dir-se-á, talvez, que é a voz da experiência e da meditação fria de um velho mestre que se prepara para o remanso da aposentadoria. E eu vos direi, no entanto, que minha intenção, repetindo aquí o que todos vós sabeis, não vai além do desejo de incutir em vosso pensamento a deliberação férrea de continuar a batalha em prol do engrandecimento do Brasil.

O PANORAMA PÁTRIO

Quem reflete um pouco a respeito da situação atual de nossa pátria, induz as causas mais elementares que estão na base dêsse mal-estar geral que tôda gente sofre e proclama. Tais causas a mim me parecem passíveis de classificarem-se em duas órdenes. Uma econômica e outra moral.

Compreendereis que aludo às causas imediatas, porque as remotas se ligam como decorrência de fatores outros muito complexos e, por vêzes, longínquos. Êsse passado, que se projeta na atualidade, teve âmbito cinético no espaço internacional e tão potentemente agitou a vida dos povos que, ainda hoje, a luta em busca de equilíbrio se manifesta por tôda parte.

Foi — melhor dizendo — é êsse um fato dos mais importantes na vida da humanidade e na vida do Direito. Dêle se tirou a comprovação empírica de que a interdependência dos grupos sociais é fato natural perturbado pelos antigos conceitos estatais, fundados em demasiado espírito de concentrações nacionais. A projeção internacional daquelas causas remotas veio justificar, pelo menos em parte, o primado do Direito Internacional, a que chamamos Público. Até se poderia falar, contra o pensamento de Martens, mas adotando os ensinamentos de Korff e de Louis Le Fur, em primariedade do Direito Internacional Público.

Semelhante demonstração experimental, que nos leva ao conceito de unidade no Universo social, não teve até agora, e desgraçadamente, a sua geral aceitação. Dessa inópia, muito comum, derivaram grandes males para o mundo humano e, possivelmente, ela está na base de tôdas as causas imediatas das desordens sócio-econômicas nacionais, inclusive no Brasil.

Sòmente de maneira muito superficial é possível, neste momento, assinalar alguns pontos do eco produzido no nosso país por via da defeituosa percepção dos ensinamentos que se originaram do cataclisma internacional de 1914. O mais notável,

sem dúvida, decorre do fato de não termos buscado uma posição internacional sólida, quer no sentido da expansão econômica e quer no que diz respeito à autoridade diplomática com que defendêssemos os princípios da igualdade humana e da igualdade internacional de que tanto temos feito praça em escritos e em palavras. Tal foi, também, de modo geral, o erro de todos os Estados, dando lugar à eclosão da segunda guerra.

Este fenômeno, tão vivo ainda na lembrança dos filhos da minha geração e da geração de meus filhos, veio confirmar a lição anterior e reafirmar a persistência, em grande parte, da falha conceitual do passado. E agora, depois da segunda hecatombe, pensando só em si, egoisticamente, em lugar de se buscarem caminhos novos e arejados, permaneceram os Estados e seus homens dentro de esquemas evidentemente superados. Por essa via, o dirigismo, não só econômico, mas social, de maneira ampla, continuou imperante.

Contra a natureza humana, que é livre e se deve a si mesma coibir e condicionar para a plenitude da felicidade do convívio social, investindo-se o Estado no poder de padronizar, escalonar, tinturar, bitolar tôdas as atividades pessoais e coletivas. Semelhante intervencionismo, por vêzes absoluto, criou os tipos de estruturas totalitárias, mais ou menos completas dos Estados.

O Estado tornou-se um deus onipotente. Tudo deveria existir na exata conformidade dos modelos ou dos moldes que impunha. Mas êsse onipresente e onipotente senhor demiúrgico não fixou arquiteturas morais, e a vontade individual, no hábito de ser dirigida, enfraqueceu-se inconscientemente e perdeu os freios com que se controlava. Na ausência de padrões morais, a moral desvairou-se. Isto, aliás, é a prova do fator psicológico específico, porque predicado da vontade, que caracteriza a sociedade hominal e a distingue dos grupamentos infra-humanos.

Tais esquemas, contra os quais se ergueram as armas para

arrastá-los em determinados grupos europeus, vieram a reflorir, ainda que atenuadamente, no Brasil de 1930.

A marcha seguida nessa estrada é por demais conhecida e dela o que vos interessa é salientar-lhe o reflexo no momento presente da vida nacional.

Devo abrir um parêntese para esclarecer, como opinião pessoal, que não imputo à agitação de 930 todo o mal que sofremos agora. Dela veio, isto sim, uma certa mentalidade deformada que não soube enfrentar os problemas de maneira conveniente ou não o quis fazer por interesses egoísticos.

Mas a verdade é que, em 1955, estamos esclarecidos a respeito da amplitude das dificuldades em que se debate o Brasil, não somente na órbita interna, mas também no círculo internacional. Essas dificuldades já inicialmente foram classificadas em duas espécies: econômicas e morais. De tal jeito, porém, se ligam umas às outras, que tôdas poderiam ser, afinal, unificadas.

Sente-se a necessidade imediata de uma ação enérgica no sentido de combater os males que nos afligem. Todos clamam. Ninguém se delibera a passar ao campo da ação. Ninguém quer fazer sacrifícios. Ninguém se conforma em diminuir os seus ilusórios proventos. Ninguém pensa em baixar o padrão de vida para influenciar na lei da oferta e da procura, ecoando no preço das utilidades. Ninguém se abalança a produzir mais com menos lucro.

O desequilíbrio econômico-financeiro cresce a cada passo e, nessa premente aflição, a ausência do império moral viola tôdas as leis que se promulgam em prol do restabelecimento da tranquilidade econômica.

Tôda a gente sabe que, para a situação do Brasil, o simples fato de se tornar auto-suficiente em relação ao consumo de trigo e de combustíveis líquidos seria bastante para um completo desafôgo. Permanecemos, todavia, encaminhando a solução desses dois problemas de tal modo vagarosamente que, ao concluí-la,

talvez os outros que se esboçam terão já empolgado o domínio de novas crises.

Somos um povo inerte em que cada cidadão deseja ganhar cada vez mais, trabalhando cada vez menos, para repetir expressão de ilustre cearense.

A iniciativa particular estiolou-se e quase morreu em face do intervencionismo exagerado, desorientado e impotente, na maioria dos casos, do estado brasileiro. Tão grandemente êsse excesso de estatismo contaminou a inércia nacional que vos posso referir um dos muitos casos dolorosos verificados no Ceará. O agricultor não planta mais no presente, se o govêrno não lhe fornece a semente. E o govêrno? Proclamando a sua promessa de dar as sementes de que carece a agricultura, não tem capacidade para fornecê-las. Basta lembrar uma das nossas culturas básicas, que é a do algodão, com uma produção média de vinte e cinco milhões de quilos de pluma e um rendimento de cêrca de 50 arrobas por hectare, para se verificar a possibilidade daquele fornecimento. O produtor, o lavrador que se habilitou à demagogia do Estado intervencionista, espera: não raciocina, não planta, ou planta pouco, e passa a ser mais um verbo nas críticas e no desrespeito aos poderes constituídos. Um mal econômico a que se adiciona uma partítula mortal, tal como é a da quebra do respeito devido às autoridades independentemente das coações legais.

Por certo as medidas e providências que os responsáveis pela cousa pública podem e estão adotando conduzirão o Brasil a uma senda menos desprimorosa.

Todavia, é imprescindível que se organize a estabilidade de uma vida nova.

A EDUCAÇÃO DO POVO

A base firme dessa nova ordem de cousas, tanto quanto possível na órbita particular de nosso país e sem considerarmos

diversa forma de existência que os povos estão forceajndo por encontrar, pode ser dada pela educação do povo. A escola, em todos os seus graus, é a responsável pela formação dos cidadãos. Mesmo na hipótese brasileira, em que a percentagem de escolares é muito pequena, a influência da educação é bastante notável para que não se projetem sôbre ela as nossas esperanças.

Desde os graus mais elementares até os mais elevados, as instituições de aprendizagem representam a fonte de formação do homem nacional. Não só porque elas aperfeiçoam a cultura, mas, sobretudo, porque devem ser constantemente voltadas ao ensino educativo.

Atinge-se essa meta pela constante presença do pensamento de que tôda cultura tem distinção social. Por isso mesmo, deve ser conformada, condicionada ao tipo de sociedade que se vive e aos progressos de modificações que se prevêem. Tal é a fôrça dessa destinação que tôdas as cópias de modelos ou protótipos de organização escolar fracassam em ambientes diferentes.

No Brasil tem-se progredido, sem dúvida, em matéria de propagação dos institutos educativos. A propulsão, porém, parece-me mais relativa à quantidade do que a respeito da qualidade. Mesmo em relação à escola primária, tem-se cuidado mais de educar. Êsse último aspecto é, realmente, muito mais valioso e mais complexo. É êle por certo que deve preocupar incessantemente a professores e governos. A orientação escolar primária reflete-se e influencia todo o restante da vida do indivíduo.

Nas subjacências dos caracteres de um povo e em sua mesma filosofia da vida vamos encontrar a ação dos seus mestres de primeiras letras, quando êstes são bem orientados e eficientes.

Parece-me indispensável, nesse particular, uma revisão cuidadosa da nossa estrutura escolar de primeiras letras e, sobretudo, para o desenvolvimento da consciência unitária da pátria, uma orientação básica de âmbito nacional.

Mais defeituoso, porém, com o devido respeito o digo, é

o ensino secundário, propedêutico nos seus dois graus. Falham completamente por processo de seriação adotada e a prática da realização desse ensino. Não há como aludir a fatos de toda a gente conhecidos. O panorama pode-se traçar em poucas linhas: despesa exagerada dos pais; interesse conseqüente de findar o dispêndio com a aprovação dos filhos; má compreensão por parte dos alunos em obterem certificados de exames sem conhecimento da matéria; mercantilização do ensino.

Não esqueçamos, ademais, a impossibilidade material de se cumprirem os programas e o excesso de disciplinas.

Tudo isso verte nas revelações contidas no alto número de reprovações em cursos e exames de admissão.

Há urgente necessidade de rever e reformar inteiramente o ensino secundário, adaptando-o às condições e necessidades brasileiras. Toda reforma nesse sentido, como aliás em qualquer outro desse setor educacional, deve firmar-se em elementos objetivos e fugir a correntes teóricas ortodoxas.

Sem uma tal substituição continuará falha ou difícil a cultura de nível superior.

Também esta precisa ser reexaminada cuidadosamente, embora suas deficiências sejam em menor intensidade.

PROFESSORES E ALUNOS:

Toda propulsão que se pretender no ensino depende, todavia, de dois fatores humanos: professores e alunos.

O magistério não é um sacerdócio apenas como figura de retórica. A objetividade dos sacrifícios e da dedicação dos mestres justifica inteiramente aquela comparação. Sabemos que muitos há, sobretudo no ensino superior e no secundário, que fazem do ensinar apenas um meio de acrescer rendimentos. Mas essa, felizmente, não é a regra entre nós. Isso não impede que cada um se imponha o dever de dar-se cada vez mais inteiramente ao mister de cuidar do aperfeiçoamento cultural de si

mesmo e dos seus alunos, educando-os simultâneamente. A tarefa educativa vai aos confins do ensino. E nos cursos superiores também se pode realizá-la, de modo quiçá mais eficiente, debatendo nas praças ou em particular tôda ordem de problemas.

Um estreitamento mais acentuado entre alunos e professores é o rumo a seguir, respeitando-se ambos nos planos de suas categorias escolares e como indivíduos livres.

Aos alunos se deve desejar a compreensão de que não estudam para obter certificados, sobretudo nos cursos superiores. Estudam para se tornarem mais bem aparelhados para servir à sociedade e, conseqüentemente, à pátria.

Aos moços que ingressam êste ano na Faculdade de Direito do Ceará quero dirigir diretamente algumas ponderações. A vinda vossa ao nosso convívio vos trouxe mais uma dignidade — a de serdes acadêmicos de Direito, universitários do Ceará. O predicamento honroso aumentou vossos direitos, mas cresceu muito mais os vossos deveres.

A mentalidade menos sisuda que, às vêzes, se encontra em grupos de vossa classe é incompatível com as novas responsabilidades. Vosso dever impõe o estudo sério, racional e portanto crítico e disciplinas difíceis à iniciação acadêmica, porque estranhas quase completamente à vossa cultura. É, pois, necessário o dispêndio de enorme esforço para os primeiros passos escolares. Vosso dever impõe honrardes esta casa, estudando. Estudando e tendo comportamento social disciplinado e nobre, porque, doravante, tudo em vossa vida se refletirá neste instituto.

Aqui estaremos todos nós, professores, para vos guiar e vos aconselhar, mesmo em vossos problemas íntimos, quando a nós forem confiados. Aqui estarão os vossos colegas dos outros anos, que deverão ser vossos amigos, vossos irmãos, vossos guias no perigo difícil de adaptação.

Formando, assim, professores e alunos, uma comunhão de destinos e interêsses, propugnamos pela elevação do Ceará no conceito nacional e cuidaremos de engrandecer o Brasil.

Aqui formaremos uma mentalidade sadia, com capacidade para debater, descobrir soluções e agir em prol do progresso nacional com o afastamento das crises artificiais causadas pelos erros da mediocridade.

As vossas responsabilidades aumentaram, porque sois a primeira turma de universitários desta Faculdade.

E quando dizemos universidade, a nossa compreensão se projeta sobre o sentido de cultura geral, universal, compreendendo todavia cada uma das suas células ou unidades. Com pertencermos à Universidade do Ceará, fica-nos a obrigação de fundar a especialização de nossa carreira jurídica num lastro de cunho enciclopédico. Ao edifício jurídico do ensino e da aprendizagem, a esta, como às outras Faculdades, tôdas unidas na Universidade se impõe, agora, um alargamento cultural de ordem científica e artística.

Rejúbilo-me, por êsse fato, com a fundação da Universidade do Ceará.

E permito-me proclamar a confiança de que a nossa tradicional Faculdade de Direito, pelo constante aperfeiçoamento de seus professores e pela perene dedicação dos seus alunos aos estudos, saberá manter as gloriosas tradições do seu meio século de existência, concorrendo sempre para o engrandecimento do Brasil.